

A questão do plágio

por Randal Fonseca



Plagiar é violar direitos autorais
Cortesia: Shutterstock

Expropriação de propriedade intelectual

Randal Fonseca [\[A\]](#)

Considerando "O que faz História e- História"[\[B\]](#)– "(...) fomentar os estudos históricos e a qualidade do ensino

"nos vários âmbitos escolares" e "(...) aumentar a qualificação dos profissionais e alunos de história", e ainda, considerando os artigos publicados em "Perspectives - Newsmagazine of the American Historical Association (Vol.42, No.2 pp17-23; 3 pp21-25. 2004)" – somos levados a refletir sobre a necessidade de alertar professores e estudantes para adotarem práticas responsáveis ao empregar textos obtidos pela Internet em seus trabalhos acadêmicos.

Um problema antigo em âmbito universal

Nos diversos artigos publicados por Perspectives [\[C\]](#) on-line, historiadores vêm abordando continuamente a questão do plágio nos trabalhos de história; uma prática perniciosa que não constitui um privilégio localizado, mas disseminado por todos os meios onde a produção intelectual conduz ao prestígio, à colocação profissional, à obtenção de bolsas de estudo e à distinção acadêmica.

Os norte-americanos John Higham da Johns Hopkins University - EUA e Robert L. Zangrando da University of Akron - EUA, enfatizam que nas universidades norte-americanas a identificação de um plágio pode resultar em aplicação de sanções legais, que abrangem não só o universo acadêmico, como o

cancelamento de bolsa de estudos, expulsão do quadro discente e demissão do docente, mas também pode implicar em processo criminal com penas que vão de pagamentos de multas e indenizações a decreto de prisão.

O plágio se caracteriza com a apropriação ou expropriação de direitos intelectuais. O termo "plágio" vem do Latin "plagiarius", um abdutor de "plagiare", ou seja, "roubar". Na prática, afirma Barbara D. Metcalf [D], da American Historical Association – [AHA](#), "o plágio entre alunos raramente chega a alcançar instâncias fora do âmbito acadêmico". Metcalf é membro de um grupo de cinco professores eleitos para integrar o "Professional Division [E]", um órgão da AHA dedicado às questões de propriedade intelectual e plágio acadêmico entre historiadores.

A expropriação do texto de um outro autor e a apresentação desse texto como sendo de cunho próprio, caracteriza um plágio e, segundo a Lei de [Direitos Autorais](#): 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, é considerada violação grave à propriedade intelectual e aos direitos autorais, além de agredir frontalmente a ética e ofender a moral acadêmica.

As queixas com relação ao plágio foram tantas que chamaram a atenção do Conselho de Ética da AHA. No ano passado o tema foi abordado em discussões por violar os códigos profissionais dos historiadores e pelo fato desse assunto estar previsto no "Statement on Standards of Professional Conduct [F]". A matéria se revelou contundente e foi então encaminhada para considerações mais aprofundadas no encontro anual de historiadores que ocorreu em Washington [G], devido ao fato de implicar não apenas em conceitos éticos e morais, mas, principalmente, em aspectos legais.

Um problema antigo potencializado em âmbito internacional

A Internet tem possibilitado que alunos e professores tenham acesso aos mais diversos temas e contam com recursos preciosos (obviamente quando devidamente selecionados) que passam por resenhas, resumos comentados, sínteses de teses, imagens, planos

de aulas, questões de provas, apenas para enunciar alguns.

É sabido que o plágio existe muito antes da Internet, a se considerar pela origem do termo. Mas, é evidente que com a tecnologia informacional e a disponibilidade de textos através da Internet, a prática de plagiar autorias ficou muito mais fácil e vem se expandindo de forma jamais experimentada.

Considerando que os estudos históricos são acumulativos e que o historiador ao produzir textos contribui com a historiografia, as citações criteriosas e consistentes das fontes bibliográficas nas obras são elementos fundamentais. Os créditos e referências ao elenco representam um peso considerável à qualidade final de um trabalho, mas, quando omitidos caracterizam expropriação, conduzindo a uma falsa leitura da autoria e, consequentemente, à perda da integridade. Quando uma obra plagiada é consultada por outros historiadores, inadvertidamente, e trechos ou conceitos vêm a ser incluídos em novas obras, o processo assume uma forma epidêmica "contaminando" a produção historiográfica doravante com falsas origens e prejudicando, ao longo de percursos inimagináveis, todos os trabalhos que dali se originem.

É importante frisar que o plágio não se dá somente nos textos, mas também quando há apropriação de dados e notas, ou seja, o plágio se caracteriza sempre que as ações desrespeitarem os critérios de referências. É válido reiterar que essas táticas refletem uma franca posição de desmerecer a contribuição dada pelos outros e, em determinadas circunstâncias, essas ações estarão retirando oportunidades profissionais de quem merece, apropriando-as a outros com méritos duvidáveis.

A contramedida

O caminho para reverter este processo passa por diversos aspectos e um deles, indiscutivelmente, tem início na escola. É lá, na sala de aula, que se aprende e é de lá, com exemplos e posturas éticas que os alunos, futuros profissionais, moldarão suas condutas legais. O plágio é aprendido durante o processo de formação acadêmica e deverá, portanto, ser neste ambiente que os

alunos precisam, desde o início, receber orientações contundentes a respeito. Se o plágio for tratado como um assunto inócuo e inocente, o aluno aprende que poderá se valer dele em outros momentos de sua carreira. No início, os alunos encontram no plágio um modo de obter notas e produzir trabalhos escolares, mas depois, se não reprimidos, empregarão possivelmente esse método para obter bolsas de estudos e colocações profissionais, em detrimento dos verdadeiros autores.

Uma questão de responsabilidade docente e raízes culturais

Este ensaio tem como objetivo alertar os professores em geral, e em particular os de história, da necessidade de abordarem o tema e enfatizarem a questão, conduzindo os alunos à conscientização da necessidade de respeitar a propriedade intelectual. Embora, como vimos, o plágio seja praticado no mundo todo, no Brasil o plágio encontra terreno muito fértil quando associado aos modismos de descumprir determinadas leis – algo no estilo muito peculiar brasileiro de se justificar – "essa lei não pegou" –, uma irreverência "charmosa" da qual alguns chegam a se orgulhar, ao invés de se envergonhar.

As instituições de ensino e os professores ao conviverem com o plágio estarão contribuindo para que outras ações pouco ortodoxas, em relação ao significado do direito intelectual, sejam realizadas, e com isso, levando a crer que não há nada de errado em descumprir leis. E, infelizmente, é o que tem acontecido, pois a maneira como o assunto é tratado nas escolas faz prevalecer a descabida "Lei do Gerson [H]", que valoriza o velho jeitinho brasileiro.

O plágio deve ser incluído na pauta das discussões acadêmicas

Negligenciar a perversidade do plágio é cooptar com sua disseminação. Esse processo nefasto somente pode ser avaliado por quem perde. É impossível fazer uma projeção da devastadora depressão e seqüestro emocional ao qual o autor plagiado é submetido, ao ver

que sua obra intelectual foi expropriada e apropriada por outra pessoa - muitas vezes por alguém próximo.

Segundo Metcalf (2004), a perda provocada pelo plágio se dá primordialmente nas esferas do conhecimento, mas pode levar a perdas financeiras quando se tratar de posição profissional a ser obtida por mérito. Assim, diz ela, "o plágio além de um aborrecimento, progressivamente, leva a outros aspectos que incluem o descontentamento e a animosidade entre membros de uma mesma instituição educacional, provocando rupturas entre professores, entre alunos e entre alunos e professores".

O Fórum História e-História

O Fórum História e-História está aberto para você expor sua opinião. Participe! Seu depoimento, seu ponto de vista e sua experiência pessoal ou testemunhal pode auxiliar na sensibilização de pessoas que lançam mão do plágio. Muitas vezes os plagiadores não percebem a extensão do mal que estão causando. Alguns copiam da Internet, enquanto outros pagam para alguém copiar. Ao reverter essa prática, em qualquer dimensão, estaremos contribuindo com os autores e prestigiando a ética, em detrimento da falsidade na qual se apóia o plágio.

A chamada Nova República, instaurada no País após o fim do regime militar, não acabou apenas com a ditadura. Deu lugar ao maior período de estabilidade democrática ininterrupta vivido pelo Brasil em toda a sua História. Personagens até então mantidos à margem da vida política ganharam voz, direitos políticos e se tornam também protagonistas da própria história.

Mas para Ana Lúcia Gomes, historiadora e professora do Departamento de Museologia da Universidade de Brasília (UnB), a Nova República representa também a abertura do País para encarar de frente sua diversidade. A conquista da cidadania pelas minorias – analfabetos, mulheres, negros, indígenas, homossexuais – marca a cara do novo momento político brasileiro.

“Os brasileiros desprivilegiados historicamente vêm se empoderando dos mecanismos que os favorecem. Isso é extremamente positivo”, afirma a historiadora. Para ela, esse é o maior momento de democracia na sociedade brasileira.

Constituição de 1988: divisor de águas

Leia também

- [Geração da redemocratização chega ao poder](#)
- [A transformação de Lula](#)
- [A transformação de FHC](#)

O deputado José Genoíno (PT-SP) acredita que a Assembleia Constituinte formada para criar a constituição da Nova República do Brasil foi o passo mais importante tomado pelo País após a

queda do regime militar. Vale lembrar que o PT não assinou a nova Constituição por considerá-la pouco democrática.

Mas Genoíno admite: “Foi um momento em que o Brasil, apesar das crises econômicas e sociais, deu um passo fundamental no sentido da conquista democrática.” Para ele, os movimentos sociais legitimaram a democracia.

Ana Lúcia concorda que o cenário criado pela Constituinte foi interessante para a sociedade brasileira. Para ela, a densidade histórica do documento reflete a trajetória política vivida pelo povo brasileiro. “A quantidade de emendas, tantas vezes criticada, está aí para mostrar que a lei tem que se adequar à sociedade”, analisa.

Primeiro presidente da República depois do regime militar, José Sarney (PMDB-AP), hoje é presidente do Senado. Na época chegou a declarar que a nova Constituição tornaria o Brasil ingovernável. Hoje, Sarney pondera: “Nas outras constituições, a organização econômica teve preferência. A Nova República se caracteriza por introduzir termos sociais na constituição. A cidadania pôde ser exercida na sua totalidade e aprofundou a sociedade democrática.”

Para Sarney, a prova do avanço no processo social imposto pela Constituição da Nova República é a figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Um metalúrgico no posto mais alto da República, justo nesse período de comemoração dos 25 anos e e saindo-se tão bem, é sinal de que hoje vivemos numa sociedade democrática.”

De fato, o ex-presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), avalia a consolidação do processo democrático como o principal marco deste período. “A Nova República foi o grande momento da virada deste processo democrático conduzido com genialidade pelo ex-presidente Tancredo Neves. A democracia foi a maior contribuição para pacificar as relações com as bases da sociedade, como os movimentos sociais”, diz Tasso.

No entanto, o tema ainda gera polêmica entre acadêmicos. Francisco Assis de Queiroz, professor do Departamento de História de Universidade de São Paulo (USP), acredita que o Brasil precisa privilegiar interesses comuns e não particulares para tornar-se uma democracia consolidada.

“Consolidar uma democracia não significa fazer uma mudança de governo formal e ter eleições. As pessoas precisam ter participação de fato nas decisões do País. A política deve representar os interesses da população e não atender interesses privados”, critica o historiador. “Houve uma importante mudança institucional e tivemos conquistas sociais, mas há problemas que perduram na história brasileira”, comenta Francisco.

O professor enumera a desigualdade na distribuição da renda, o acesso precário à educação e à saúde e condições de infra-estrutura nas cidades como problemas ainda não enfrentados pelos políticos brasileiros. “Acho que nenhuma mudança estrutural importante virá de Brasília se não houver pressão e exigência da sociedade”, diz. Para ele, as pessoas precisam se unir em prol de causas que privilegiem todo o Brasil.

O historiador critica com veemência os privilégios ainda concedidos a parlamentares. Além dos bons salários, ele lembra que os deputados e os senadores recebem ajuda de custo para moradia, transporte, entre outros. “São estruturas e privilégios de um antigo regime. Os custos são muito elevados para mantê-las, ainda mais se considerarmos o que realmente ela representa em termos de benefícios ao bem comum”, pondera.

O cientista político Octaciano Nogueira acredita que a Constituição Federal de 1988, que tanto marca a Nova República, nunca foi completamente testada pela sociedade. “Ela é a mais extensa e complexa constituição da história do País, e já recebeu 63 emendas. Há muito para se organizar ainda”, diz. Para ele, o texto possui virtudes e defeitos.

A maior virtude da Constituição de 88, na opinião do cientista político, é a carta de direitos individuais e políticos do texto. O maior defeito é ser extremamente detalhista e regulatória. “Uma constituição que tabelava juros. É muito minuciosa e isso a torna inviável de ser cumprida”, lamenta.

Para Francisco Assis, o texto foi importante para definir direitos. Porém, lembra que a solução de problemas não depende só de leis. “Não é por falta de leis, regras e normas que não resolvemos os problemas que temos, ao contrário do que a tradição brasileira diz. Temos leis até demais. A mobilização social é essencial”, opina.

Nova República (1)

Transição democrática, Figueiredo e Tancredo Neves

Vitor Amorim de Angelo*

Especial para Página 3 Pedagogia & Comunicação

Normalmente, um regime político é dividido em fases cujos nomes buscam caracterizar aquilo que distingue uma da outra. Por serem diferentes, cada fase começa, em geral, com a aprovação de uma nova Constituição, numa tentativa de ultrapassar ou mesmo apagar o passado recente. No Brasil, desde o fim do Império, já tivemos a República Velha (1889-1930), com a Constituição de 1891; a Era Vargas (1930-45), com a de 1934; a república populista (1945-64), com a de 1946; e o regime militar (1964-85), com a de 1967.

O período atual, iniciado logo após o fim da ditadura militar, é chamado de Nova República. Com ela, ganhamos também mais uma Constituição: a de 1988. Porém, apesar do nome, a Nova República já nasceu velha, carregando antigos vícios da política brasileira. Longe de ter sido uma ruptura completa com o período anterior, desde seu início a Nova República abrigou nomes bastante conhecidos durante o regime militar.

A sucessão de Figueiredo

Em abril de 1984, o Congresso Nacional rejeitou a emenda do deputado Dante de Oliveira, que instituía a eleição direta para o cargo de presidente da República. Na época, houve uma grande mobilização por todo o país - conhecida como campanha pelas Diretas Já - a favor da proposta, que acabou derrotada naquele mês.

Desgastado politicamente, o PDS, sucessor da Arena, partido de apoio à ditadura, optou por lançar um candidato civil à sucessão do general João Baptista Figueiredo. Na disputa no Colégio Eleitoral, o PMDB apresentou o nome de Tancredo Neves, com amplo apoio das oposições.

Mineiro de São João del Rei, Tancredo de Almeida Neves era um político experiente: havia sido deputado estadual, federal, ministro da Justiça do governo Getúlio Vargas, primeiro-ministro durante o governo João Goulart, senador e governador do seu estado natal. Durante a ditadura, integrou os quadros do MDB, que fazia oposição ao regime. Porém, conservador, com a volta do pluripartidarismo decidiu sair da legenda para fundar o Partido Popular, que assumiria o papel de interlocutor dos militares, na época.

Transição democrática

Ao longo da campanha pelas Diretas, Tancredo destacou-se como um político conciliador, o que lhe valeu o epíteto de "linha auxiliar do governo". Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, seu nome logo surgiu como um dos mais fortes à sucessão presidencial. Setores à esquerda, como o Partido dos Trabalhadores, acusavam o ex-governador mineiro, que retornara ao PMDB em 1981, de defender uma transição democrática pactuada com os militares. O PT chegou a orientar oficialmente seus parlamentares a não votarem em Tancredo no Colégio Eleitoral.

Ainda assim, o apoio que ele conseguira reunir tinha sido mais do que suficiente para garantir a vitória. Com 480 votos, contra 180 do candidato do PDS, Paulo Maluf, Tancredo Neves foi eleito presidente da República - o primeiro civil desde o golpe de 1964. Caberia a ele a consolidação da transição democrática, a despeito da sua relativa proximidade com o regime que terminava. Contudo, os dias que se seguiram à sua eleição foram decisivos para os rumos da Nova República.

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral foi resultado de um acordo entre o PMDB, seu partido, e políticos da Frente Liberal, uma dissidência do PDS que mais tarde fundaria o PFL, atual Democratas. Esse acordo, conhecido como Aliança Democrática, garantiria o apoio da Frente Liberal ao candidato da oposição e manteria, ao mesmo tempo, a transição democrática sob controle, num momento em que eram apresentadas propostas mais à esquerda, especialmente pelo PT.

O acordo entre a Frente Liberal, que naquele momento ainda estava no PDS, e o PMDB previa o lançamento de José Sarney, ex-presidente da Arena e do próprio PDS, como vice na chapa encabeçada por Tancredo Neves. Sarney havia saído do partido do governo em função de divergências com o grupo que apoiara Maluf como candidato da legenda à sucessão presidencial.

Sarney e a morte de Tancredo

Nascido no Maranhão como José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, José Sarney, nome que adotaria a partir de 1965, era um político tão experiente quanto Tancredo. Havia ocupado os cargos de deputado federal, governador e senador do Maranhão.

Contudo, sua ligação com os militares dava-se num nível diferente: ao contrário de Tancredo Neves, que apenas mantinha um diálogo com o regime, Sarney era organicamente ligado à ditadura. Afinal, fora presidente da Arena e do PDS, os dois partidos de sustentação do regime militar.

Na véspera da posse, Tancredo foi internado às pressas num hospital de Brasília. Quem assumiu a Presidência foi o vice, José Sarney, efetivado no cargo após a morte do titular, no dia 21 de abril de 1985 - mesmo dia em que morrera o também mineiro Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes. Curiosamente, a responsabilidade pela transição democrática ficaria a cargo de um dos políticos civis mais influentes da ditadura militar e que, apenas dez meses antes, era presidente do partido de apoio ao governo.

Nova República (2)

Sarney: arcabouço totalitário e democratização

Vitor Amorim de Angelo*

Especial para Página 3 Pedagogia & Comunicação

Em meio à grande comoção nacional provocada pela morte do recém-eleito Tancredo Neves, alguns setores mais à esquerda defenderam a realização de novas eleições, alegando que o vice-presidente José Sarney, por tudo aquilo que representava, não poderia ser o primeiro presidente da Nova República. Na época, diante das críticas à confirmação de seu nome como presidente, Sarney comprometeu-se com a transição democrática e com os acordos firmados por Tancredo - sem contar a nomeação dos ministros escolhidos pelo presidente eleito.

Muitos nomes do ministério de Sarney eram ligados à ditadura militar e haviam chegado ao poder por uma convergência de interesses e circunstâncias específicas, como a divisão interna do PDS, a formação da Frente Liberal, a aliança com o PMDB, a vitória de Tancredo e, por fim, a posse de Sarney.

Jorge Bornhausen, da Educação, Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Aureliano Chaves, das Minas e Energia, nomes conhecidos até hoje, talvez representassem a contradição mais evidente entre a fase que começava, e que se pretendia nova, e o regime que terminava.

Arcabouço totalitário

Sarney também se recusou a acabar com o chamado arcabouço autoritário, como eram conhecidos os dispositivos legais remanescentes da ditadura militar. Foi baseado nesses dispositivos que seu governo reprimiu duramente algumas das mobilizações sociais da época, especialmente os movimentos grevistas.

Fatos como a invasão da Companhia Siderúrgica Nacional pelo Exército e a morte de três jovens trabalhadores da fábrica por golpes de baionetas marcaram a relação entre o governo e os trabalhadores, duramente atingidos pela recessão econômica dos anos 1980.

Politicamente, Sarney estabeleceu uma relação com os deputados e senadores - transformados em parlamentares constituintes - acima dos próprios partidos. Essa relação fundamentou-se na nomeação para determinados cargos, concessão de emissoras de rádio e TV e liberação de verbas para obras, por parte do presidente, e no apoio aos projetos pessoais de Sarney, por parte dos parlamentares - que logo formariam um grupo dentro do Congresso Nacional conhecido como Centrão.

O mais polêmico desses projetos foi a extensão do mandato presidencial para cinco anos, em vez de quatro, como havia sido firmado no acordo de criação da Aliança Democrática.

Corrupção e alianças conservadoras

Durante seu governo, Sarney também enfrentou várias denúncias de corrupção, inclusive contra ele mesmo. Um dos casos mais notórios foi o da construção da Ferrovia Norte-Sul, que ligaria o Maranhão, estado do presidente, a Brasília.

Em 1988, a CPI criada para apurar as denúncias de corrupção acusou o próprio Sarney pelo desvio de verbas públicas. Entretanto, as denúncias não foram levadas adiante e o presidente conseguiu cumprir o mandato até o fim, a despeito do seu conturbado governo.

De fato, a Nova República começou velha. Afinal, tanto Tancredo quanto Sarney eram bem próximos aos militares, ainda que em níveis diferentes. A forma como se desdobrou a campanha pelas Diretas, através da eleição indireta para presidente e do estabelecimento de uma aliança entre setores conservadores e políticos de direita ligados ao regime que se encerrava reforçaram essa faceta da Nova República.

Seu primeiro presidente foi um importante aliado da ditadura que o novo período suplantou. O temor de que o governo Sarney representasse um retrocesso para a democratização brasileira, contudo, acabou não se confirmado. Por outro lado, seu governo reeditou, ou pelo menos manteve inalteradas, as velhas práticas da política brasileira, além de ter sido um abrigo para os nomes fortes da ditadura. Apesar disso, passados mais de 20 anos desde a sua posse, a Nova República já é a nossa mais longa experiência democrática.

Nova República (1)

Transição democrática, Figueiredo e Tancredo Neves

Vitor Amorim de Angelo*

Especial para Página 3 Pedagogia & Comunicação

Normalmente, um regime político é dividido em fases cujos nomes buscam caracterizar aquilo que distingue uma da outra. Por serem diferentes, cada fase começa, em geral, com a aprovação de uma nova Constituição, numa tentativa de ultrapassar ou mesmo apagar o passado recente. No Brasil, desde o fim do Império, já tivemos a República Velha (1889-1930), com a Constituição de 1891; a Era Vargas (1930-45), com a de 1934; a república populista (1945-64), com a de 1946; e o regime militar (1964-85), com a de 1967.

O período atual, iniciado logo após o fim da ditadura militar, é chamado de Nova República. Com ela, ganhamos também mais uma Constituição: a de 1988. Porém, apesar do nome, a Nova República já nasceu velha, carregando antigos vícios da política brasileira. Longe de ter sido uma ruptura completa com o período anterior, desde seu início a Nova República abrigou nomes bastante conhecidos durante o regime militar.

A sucessão de Figueiredo

Em abril de 1984, o Congresso Nacional rejeitou a emenda do deputado Dante de Oliveira, que instituía a eleição direta para o cargo de presidente da República. Na época, houve uma grande mobilização por todo o país - conhecida como campanha pelas Diretas Já - a favor da proposta, que acabou derrotada naquele mês.

Desgastado politicamente, o PDS, sucessor da Arena, partido de apoio à ditadura, optou por lançar um candidato civil à sucessão do general João Baptista Figueiredo. Na disputa no Colégio Eleitoral, o PMDB apresentou o nome de Tancredo Neves, com amplo apoio das oposições.

Mineiro de São João del Rei, Tancredo de Almeida Neves era um político experiente: havia sido deputado estadual, federal, ministro da Justiça do governo Getúlio Vargas, primeiro-ministro durante o governo João Goulart, senador e governador do seu estado natal. Durante a ditadura, integrou os quadros do MDB, que fazia oposição ao regime. Porém, conservador, com a volta do pluripartidarismo decidiu sair da legenda para fundar o Partido Popular, que assumiria o papel de interlocutor dos militares, na época.

Transição democrática

Ao longo da campanha pelas Diretas, Tancredo destacou-se como um político conciliador, o que lhe valeu o epíteto de "linha auxiliar do governo". Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, seu nome logo surgiu como um dos mais fortes à sucessão presidencial. Setores à esquerda, como o Partido dos Trabalhadores, acusavam o ex-governador mineiro, que retornara ao PMDB em 1981, de defender uma transição democrática pactuada com os militares. O PT chegou a orientar oficialmente seus parlamentares a não votarem em Tancredo no Colégio Eleitoral.

Ainda assim, o apoio que ele conseguira reunir tinha sido mais do que suficiente para garantir a vitória. Com 480 votos, contra 180 do candidato do PDS, Paulo Maluf, Tancredo Neves foi eleito presidente da República - o primeiro civil desde o golpe de 1964. Caberia a ele a consolidação da transição democrática, a despeito da sua relativa proximidade com o regime que terminava. Contudo, os dias que se seguiram à sua eleição foram decisivos para os rumos da Nova República.

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral foi resultado de um acordo entre o PMDB, seu partido, e políticos da Frente Liberal, uma dissidência do PDS que mais tarde fundaria o PFL, atual Democratas. Esse acordo, conhecido como Aliança Democrática, garantiria o apoio da Frente Liberal ao candidato da oposição e manteria, ao mesmo tempo, a transição democrática sob controle, num momento em que eram apresentadas propostas mais à esquerda, especialmente pelo PT.

O acordo entre a Frente Liberal, que naquele momento ainda estava no PDS, e o PMDB previa o lançamento de José Sarney, ex-presidente da Arena e do próprio PDS, como vice na chapa encabeçada por Tancredo Neves. Sarney havia saído do partido do governo em função de divergências com o grupo que apoiara Maluf como candidato da legenda à sucessão presidencial.

Sarney e a morte de Tancredo

Nascido no Maranhão como José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, José Sarney, nome que adotaria a partir de 1965, era um político tão experiente quanto Tancredo. Havia ocupado os cargos de deputado federal, governador e senador do Maranhão.

Contudo, sua ligação com os militares dava-se num nível diferente: ao contrário de Tancredo Neves, que apenas mantinha um diálogo com o regime, Sarney era organicamente ligado à ditadura. Afinal, fora presidente da Arena e do PDS, os dois partidos de sustentação do regime militar.

Na véspera da posse, Tancredo foi internado às pressas num hospital de Brasília. Quem assumiu a Presidência foi o vice, José Sarney, efetivado no cargo após a morte do titular, no dia 21 de abril de 1985 - mesmo dia em que morrera o também mineiro Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes. Curiosamente, a responsabilidade pela transição democrática ficaria a cargo de um dos políticos civis mais influentes da ditadura militar e que, apenas dez meses antes, era presidente do partido de apoio ao governo.

Nova República: Sarney, Collor e FHC

Prof. Leonardo Castro

Durante o processo de redemocratização do Brasil, o PMDB e a Frente Liberal, novo partido formado por dissidentes do PDS, procuraram compor uma saída conciliatória para o processo de redemocratização do país. Em julho de 1984, nasceu a Aliança Democrática. Tratava-se de um bloco suprapartidário formado pelo PMDB e pela Frente Ampla que lançou a chapa formada pelo mineiro Tancredo Neves e pelo maranhense José Sarney para disputar, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da República. Nas eleições de 15 de janeiro de 1985, a Aliança Democrática recebeu a maioria dos votos no Colégio Eleitoral.

A vitória de Tancredo Neves representou a afirmação dos setores políticos e sócias que optaram pela transição conciliatória, formado por segmentos da sociedade brasileira influentes do poder civil e militar (governo, Congresso e Forças Armada) e grupos da elite.

Com a redemocratização, nascia a Nova República. Na véspera da posse, a 15 de março de 1985, o presidente eleito Tancredo Neves foi hospitalizado, vindo a falecer um mês e meio depois. Em seu lugar, tomou posse o vice-presidente José Sarney.

Em 1985, o Congresso Nacional tomou decisões importantes para a continuação do processo de redemocratização, como a restauração da eleição direta do presidente da República, dos prefeitos das capitais e dos municípios e a plena liberdade de organização partidária, era o fim da clandestinidade para partidos de esquerda como o PCB e o PCdoB.

O processo de abertura política fez nascer a necessidade de dotar o Brasil de uma nova Constituição, defensora dos valores democráticos. O Congresso Constituinte foi instalado a 1º de fevereiro de 1987. Em 5 de outubro de 1988, o presidente do Congresso Constituinte, Ulisses Guimarães, promulgava oficialmente a nova Constituição brasileira.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) é a lei fundamental e suprema do Brasil. É a sétima a rege o Brasil desde a sua Independência.

Texto e Contexto

Constituição da República Federativa do Brasil

Texto promulgado em 5 de outubro de 1988

Título	I	-	Dos	Princípios	Fundamentais
Art. 1º	A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como				fundamentos:
I		-		a	soberania;
II		-		a	cidadania;
III	-	a	dignidade	da	pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
V - o pluralismo político.
Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Título	II	-	Dos	Direitos	e	Garantias	Fundamentais
Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos							

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

(...)

Apresentada como **Constituição-cidadã**, a Carta de 1988 trazia grandes inovações. Ampliou-se a defesa dos direitos de cidadania, como na plena igualdade dos direitos e deveres de homens e mulheres, na defesa dos direitos dos consumidores, no direito de iniciativa do povo em apresentar projetos de lei ao Congresso, na proteção ambiental e no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.

Durante o governo Sarney, o presidente adotou os “**Planos de Estabilização**”: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989), que utilizam vários recursos de medidas antiinflacionárias – congelamento de preços e salários, mudança de moeda, não pagamento (moratória) da dívida externa.

As crescentes dificuldades sociais e econômicas do país enfraqueceu o governo Sarney e tornaram-se o centro da campanha presidencial de 1989, vencida por Fernando Collor de Mello, candidato do conservadorismo.

Collor e FHC

Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito pelo voto popular em 29 anos, com base no Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado exclusivamente para lançá-lo na disputa presidencial, assume um programa de moralização da vida pública (“caça aos marajás”) e de modernização na economia.

Logo no inicio de seu mandato acaba adotando medidas econômicas e administrativas destinadas a extinguir a inflação, decretando o confisco temporário de contas de poupança e dos depósitos nas contas correntes.

Economia: procurou lançar a economia brasileira numa nova etapa de modernização para a sua “inserção competitiva” no mercado mundial. Diminuiu ou suspendeu tarifas de importação, abriu o mercado brasileiro para futuras instalações de novas montadoras de veículos e empresas petroquímicas. O passo mais importante foi a constituição do Mercosul(Mercado Comum do Sul) em 1991, formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Inflação, desacertos e corrupção do governo Collor gerou manifestações para exigir sua destituição, lideradas pela UNE.

1992 em São Paulo. Manifestações em todo país exigiam a destituição de Collor. A nota da campanha, Fora Collor!!! foi dada pelos estudantes liderados pela UNE.

Para não ser julgado e destituído, Collor, já afastado da presidência desde outubro, renunciou em 29 de dezembro de 1992. Collor foi substituído pelo mineiro Itamar Franco, que colocou no Ministério da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Com o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso, gerou efeitos positivos na economia ao promover a estabilização da economia, com reflexos diretos na cesta básica e em produtos de consumo popular, cujos preços se estabilizaram. Esses efeitos positivos foram decisivos para a vitória de FHC nas eleições presidenciais de 1994.

Reeleito, FHC deu continuidade à política de abertura da economia para o mercado mundial e de integração do país no processo de globalização. Também acelerou o processo de privatizações. Apesar do controle da inflação, os anos FHC, caracterizaram-se pela estagnação da economia e pela desigualdade na distribuição de renda.